



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009134-56.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação de Rescisão Contratual c.c. Reintegração de Posse e Indenização**
 Requerente: **Wilson Polli Junior e outro**
 Requerido: **José Aldo Canos e outros**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 914/10

Vistos etc

Recebo os presentes embargos, porquanto tempestivos, deles conheço e acolho.

Verifica-se, no caso, tratar-se de erro material, assistindo, portanto, razão ao requerido quanto a omissão no pronunciamento. Assim, com base no inciso I, do artigo 463, do CPC, em se tratando de inexatidão material, corrijo, de ofício, a parte final da sentença de fls. 362/363/vº; passando a constar, a parte dispositiva da decisão, com a seguinte redação:

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência DOU POR RESCINDIDO o *Contrato Particular de Compromisso de Cessão e Transferência de Direitos Relativos a Contrato de Venda e Compra com Força de Escritura Pública, com Pacto Adjetivo de Hipoteca e Outras Avenças* firmado em 24 de outubro de 2001 entre os autores WILSON POLLI JÚNIOR e MARIA ANGELA MIGLIATTI POLLI e os réus JOSÉ ALDO CANOS e MARIZE CANOS, tendo por objeto o imóvel da matrícula nº 88.552 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos e respectivo contrato de financiamento imobiliário firmado com a *Caixa Econômica Federal* e garantido por hipoteca do mesmo imóvel, e em consequência CONDENO os réus ao pagamento do equivalente a dois terços (2/3) das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, na forma do art. 23 do Código de Processo Civil; DOU POR RESCINDIDO o *Contrato Particular de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações de Contrato de Venda e Compra com Sub-Rogação de Ônus Hipotecário e Outras Avenças* firmado em 29 de novembro de 2002 entre os réus JOSÉ ALDO CANOS e MARIZE CANOS e o réu SILVIO LUIZ MANIERI e sua então esposa *Krisleide Ferraz Manieri*, tendo por objeto o mesmo imóvel da matrícula nº 88.552 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos e respectivo contrato de financiamento imobiliário firmado com a *Caixa Econômica Federal*, garantido por hipoteca do referido imóvel; em consequência, REINTEGRO os autores WILSON POLLI JÚNIOR e MARIA ANGELA MIGLIATTI POLLI na posse do imóvel da Rua *Josephina Barbieri Cardinalli*, nº101, Residencial Américo Alves Margarido, São Carlos, objeto da matrícula nº 88.552 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, concedendo ao réu SILVIO LUIZ MANIERI o prazo de trinta (30) dias para desocupação voluntária, sob pena de reintegração coercitiva; CONDENO o réu SILVIO LUIZ MANIERI a pagar aos autores WILSON POLLI JÚNIOR e MARIA ANGELA MIGLIATTI POLLI indenização por dano moral no valor de R\$ 10.000,00 (*dez mil reais*), acrescido de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data da propositura da ação, e CONDENO o réu SILVIO LUIZ MANIERI ao pagamento do equivalente a um terços (2/3) das despesas processuais e honorários



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, na forma do art. 23 do Código de Processo Civil, ficando prejudicada a execução dessa sucumbência, enquanto perdurarem as condições que ora motivaram o deferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita em favor do réu.

P. R. I.

São Carlos, 07 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**